

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO "IDÉIA SUSTENTÁVEL" NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA¹

Luis Mauro Santos Silva²

¹ O presente ensaio é uma re-leitura ampliada do ensaio apresentado e publicado pelo autor nos Anais do IV Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2006, Florianópolis – SC

² Dr., Docente-Pesquisador, UFPA/NCADR/LASAT, FCAM/CAMAR, lmsilva@ufpa.br

RESUMO: Este ensaio sintetiza uma reflexão teórica preliminar sobre a atual crise do paradigma de desenvolvimento imposto pelo saber acadêmico. Trata-se de uma busca crítica do percurso acadêmico da revalorização das lógicas familiares de produção. As reflexões nos conduzem frequentemente a concluir que o aspecto sócio-ambiental das lógicas familiares pode garantir uma base consistente para uma nova percepção de relações menos destrutiva entre sociedade e natureza. Em outras palavras, novas formas de se pensar o desenvolvimento amplo e a sustentabilidade das agriculturas mundiais.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade e natureza, sustentabilidade, agriculturas familiares.

THE FAMILY FARMING AS THE “SUSTAINABLE IDEA” IN THE RELATION BETWEEN SOCIETY AND NATURE

ABSTRACT: This essay synthesizes a preliminary theoretical reflection about the current crisis of the development paradigm imposed by the academic knowledge. It is about a critical search of the academic path to revalue the role of family farming logic of production. These reflections frequently lead us to conclude that the socialenvironmental aspects of family logics can guarantee a consistent basis for a new perception of less destructive relations between society and nature. In other words, new ways of thinking the broad development and the sustainability of worldwide agricultures.

KEY WORDS: society and nature, sustainability, family farming.

INTRODUÇÃO

Atualmente a sociedade mundial se vê obrigada a resolver questões cruciais advindas com o atual modelo de desenvolvimento essencialmente econômico. Como sinais de sua crise, convivemos atualmente com

freqüentes catástrofes ambientais que aniquilam populações inteiras (independente das condições econômicas) e inviabilizam enormes volumes de terra do processo produtivo. Além disto, assistimos uma ampliação dos problemas sócio-econômicos que marginalizam cada vez mais os países

economicamente pobres, aumentando assim a desesperança no atual projeto de globalização.

Neste cenário pouco otimista, o papel do espaço rural continua sendo altamente estratégico para o futuro da humanidade. Seja por sua capacidade de produção de alimentos e riquezas, seja pelos seus impactos no meio ambiente. E é neste contexto que se toma boa parte das decisões de investimento para as tecnologias que comprovam alto grau de “eficiência” produtiva, mesmo considerando todos seus possíveis impactos sócio-ambientais.

Sobre o aspecto da decisão política, o pensamento científico também consolidou sua hegemonia na concepção da noção de desenvolvimento e alimentando-a com grandes idéias e argumentos em torno dos novos rumos da sociedade futura. Paralelo a isto, a ciência traz consigo uma crescente crise intelectual do real sentido do termo “desenvolvimento” e suas aplicações práticas juntos as principais demandas sociais.

O limiar desta crise parece coincidir com a degradação de nossa dimensão social, marcada principalmente pelas desigualdades sociais, extrema miséria, continuidade de conflitos e colapsos ambientais sem precedentes históricos. A academia tem constatado que a extrapolação do modelo industrial para a agricultura é um dos principais protagonistas do fracasso da

chamada sociedade moderna, pois tem separado sistematicamente a sociedade das formas tradicionais de se relacionar com os mais diversos biomas naturais.

Este cenário de quase “desesperança” aponta para uma rediscussão da complexa relação entre sociedade e natureza. O tema “desenvolvimento sustentável” acaba assumindo um papel de destaque numa possível mudança de prioridades sócio-econômicas mundiais, onde a sócio-diversidade produtiva se mostra cada vez mais adequada ao atual **discurso agroecológico**. Os aspectos sociais da produção de alimentos aumentam as possibilidades de fortalecimento das lógicas familiares rurais e suas múltiplas formas de conceber suas relações dentro das novas dinâmicas agrárias.

Este ensaio tem como objetivo introduzir, de forma preliminar, algumas reflexões sobre o necessário protagonismo das agriculturas familiares nesta nova concepção de um desenvolvimento de base mais ampla.

LIMITES DA CIÊNCIA POSITIVISTA E SEU DESENVOLVIMENTO EUROCÊNTRICO

A grande maioria dos estudos ligados ao tema sustentabilidade aponta uma suposta deficiência acadêmica de repensar formas de

consolidar sociedades mais estáveis economicamente e, ao mesmo tempo, justas e menos deletérias nas suas relações com os biomas naturais. Nesta esteira de mudanças conceituais, citaremos algumas das reflexões mais recorrentes, quando se aborda o papel da ciência na evolução do atual projeto de desenvolvimento. Aqui o principal argumento é uma revalorização dos conhecimentos não-acadêmicos, fruto de relações históricas com a natureza.

Funtowicz e De Marchi (2000) propuseram uma reflexão crítica sobre os limites da ciência normal. E nesta encruzilhada, o termo Sustentabilidade surge obrigatoriamente numa perspectiva epistemológica, deixando claro que o seu entendimento não se encerra no saber acadêmico. Em outras palavras, se faz necessário um processo de diálogo entre o saber prático e o científico. Porém tal diálogo não tem sido garantido pelo atual paradigma científico. Limites conceituais e metodológicos inerentes ao próprio paradigma dominante.

Como consequência negativa do “autoritarismo” acadêmico, não tem sido fácil a ascensão de novos paradigmas norteadores de concepções diferenciadas para uma sociedade mais sustentável.

Funtowicz e De Marchi (2000) acreditam ainda que uma aplicação

transdisciplinar dos conhecimentos acumulados demonstre possibilidades reais de visualizar novos pressupostos científicos, ainda existem muitas dificuldades para uma real mudança de paradigma científico, mesmo estando em curso à construção de novas compreensões sobre sustentabilidade, onde a agroecologia é lançada como parâmetro dos novos estilos de relações entre e intra-sociais, e destas com a natureza.

Esta leitura nos leva a pensar seriamente sobre a real necessidade de construção do conceito de sustentabilidade. Ainda não está claro, para muitos teóricos, se este conceito fica apenas sob a responsabilidade das ciências (normal e/ou Pós-normal) ou se ela deve ser fruto de um amplo diálogo de distintos saberes.

Toledo (2002), questionar um mito que ainda predomina na ideologia desenvolvimentista mundial, ou seja, uma suposta superioridade produtiva das médias e grandes unidades de produção agrícola e, conseqüentemente, o inexorável desaparecimento da agricultura familiar. Embora este tema seja muito debatido na sociologia, pouco ainda se articula com os pressupostos agroecológicos na defesa da lógica familiar de produção e sua racionalidade complexa de tratar a natureza.

Embora Toledo (2002) considere que foi na década de 1970 que se deu o

rompimento dos processos produtivos modernos e os processos biológicos naturais, muitos estudos apontam tal rompimento ainda no século XIX, onde surgiram grandes debates em torno do desaparecimento dos modos de produção não capitalistas de produção, representados principalmente pelo campesinato.

No cerne deste debate, a noção primária do conceito de “produtividade” se faz fundamental. Ele causa uma simplificação do processo produtivo como uma mera relação custo/benefício, estando focado apenas na racionalização dos insumos e no aumento da produção física.

Porém com a construção da noção de sustentabilidade, passamos a cobrar da produtividade uma capacidade de manter sua eficiência no longo prazo, trazendo a noção de “Valor Ótimo”, que alia o uso eficiente dos recursos naturais e o tipo de tecnologia utilizado (TOLEDO, 2002).

Em países como o Brasil, ou seja, com grande injustiça no contexto fundiário, a democratização das terras pode ser um grande passo para uma “reconversão” da base produtiva e, conseqüentemente, re-valorizar a agricultura familiar, reforçando a necessidade da academia em assumir como prioridade outros enfoques científicos que compreendam melhor os distintos manejos sócio-produtivos.

UMA CRÍTICA À CIÊNCIA OCIDENTAL E SUA IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com Álvares (2000), o discurso de posse de Harry S. Truman, em 1947, fundou o declínio do atual modelo de desenvolvimento.

...É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas (...) O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (...) (TRUMAN, 1949 citado por ALVARES, 2000).

Inicialmente, não existe uma escala de evolução social bem marcada na sociedade mundial, tão propalada por Truman. Em segundo lugar, o desenvolvimento como arma de competição a outros sistemas sócio-econômicos e políticos deixou de fazer sentido com o fim do projeto socialista de sociedade. Outro erro foi achar que o desenvolvimento reduziria as diferenças de riqueza entre os países ricos e pobres. E,

finalmente, o desenvolvimento não se converteu em solução para os males econômicos e sociais, pelo contrário, ele ampliou as mazelas sociais e aumentou as diferenças históricas entre as nações economicamente ricas e suas ex-colônias.

Através da metáfora da “Pasta de dentes”, Álvares (2000) rotula literalmente a ciência européia como um produto oriundo de outra realidade e imposto pelo sistema econômico atual. Para a cultura oriental, a ciência ocidental não passa de um “bem supérfluo” munido de poderosa máquina publicitária, mas que não atende as necessidades básicas da humanidade.

Comparando com a perspectiva crítica dos Pós-modernistas (antipositivistas), Santos (1987) afirma que a crise paradigmática existe de forma irreversível e traz consigo alguns componentes da transição para o paradigma emergente. Nesta revolução científica, a reconstituição da harmonia entre os pólos social e natural aponta forte tendência.

Para entendermos a natureza congênita entre ciência e desenvolvimento, temos que compreender quando a natureza deixou de ser um elemento unificante na sociedade e quando a tecnologia acadêmica passou a imperar e homogeneizar as nossas relações com o ambiente. Nesta trajetória de “apartamento” sócio-ambiental, a lei da entropia acabou servindo de exclusivo critério

para o desenvolvimento ocidental. Álvares tentou explicar da seguinte forma:

No auge da Revolução Industrial, o progresso chegaria pela busca da melhoria no funcionamento da máquina a vapor. E para tanto, as duas Leis da Termodinâmica foram decisivas. A primeira Lei da Termodinâmica decretou ilimitadas possibilidades de manipulação da natureza, pois: “...a energia poder ser transformada de um tipo em outro, mas não pode ser criada ou destruída”...Já a segunda Lei selou a autoridade da ciência sobre a natureza e sobre a sociedade; seu argumento maior residiu na noção de eficiência, ou seja: “...a perda de energia disponível em uma conversão é tanto menor quanto maior for à temperatura ambiente na qual a conversão é efetuada...” Em síntese, se passou a discriminar todo o processo produtivo realizado em temperaturas ambientais normais e regido pelo tempo biológico (produção artesanal como sinônimo de “atraso”). E este é considerado aqui como o “grande erro” cometido pela ciência moderna (ALVARES, 2000).

Do ponto de vista de Santos (1987), esta crise iniciou com Albert Einstein (relatividade da simultaneidade); Heisenbrg e Bohr (princípio da incerteza e não neutralidade da ciência); Gödel (Teoremas sobre a impossibilidade e limites da matemática) e; a microfísica de Ilya Prigogine

(Teoria das estruturas dissipativas e princípio da ordem através de flutuações).

O desenvolvimento tem sido parceiro da ciência (e vive-e-versa) no exercício de uma hegemonia econômica, política, social e, conseqüentemente, ambiental devido o grau de interferência na natureza. Porém, o legado desta relação remonta um passado de relações conflituosas e pouco justas como foi com o Iluminismo; o racismo; o imperialismo; o colonialismo; entre outras formas menos universais (ALVARES, 2000).

Santos (1987) ainda reforça a necessidade de mudar o paradigma por dentro, colapsando suas distinções dicotômicas. Assim se podem consolidar as novas bases científicas em que sua perspectiva de fragmentação deixa de ser disciplinar, passando a ser temática com sentido totalizador, ou seja, não determinista. E isto garantiria uma convergência do conhecimento científico para o senso comum.

Embora não concorde com a concepção antipositivista da “nova ciência”, Alvares (2000) reforça que uma das únicas noções do atual paradigma que deve prevalecer é a da democracia, pois contém forte resistência às injustiças advindas da modernidade e resgata os fundamentos dos direitos humanos. Sendo, portanto, um conceito-chave que consegue extrapolar o viés etnocêntrico da ciência ocidental.

O DECRETO ACADÊMICO SOBRE O FIM DAS LÓGICAS FAMILIARES

Desde meados do século XIX, Marx e seus adeptos exerceram um papel decisivo na interpretação moderna que os ditos “movimentos rebeldes” tiveram sobre a natureza. Através do chamado “modelo inglês”, a academia passou a condenar todas as formas pré-capitalistas de se relacionar com a natureza, consolidando assim o ideal Eurocêntrico de sociedade. Devemos somar aqui toda a ação e convicção política de Marx, que não visualizava uma capacidade de consciência coletiva nos camponeses. Assim, o modo de produção camponês, rotulado de “atrasado” ou pouco evoluído, estava fadado ao desaparecimento (MARX, 1964).

Neste novo pacto acadêmico sobre as relações com a natureza, alguns vanguardistas provocaram debates polêmicos sobre a manutenção do protagonismo camponês devido a sua multidiversidade de relacionamentos (CHAYANOV, 1974). Até hoje, os pressupostos chayanovianos inspiram inúmeros estudos críticos sobre a dinâmica social atual.

A ASCENSÃO ACADÊMICA DAS AGRICULTURAS FAMILIARES

Para alguns autores (CARNEIRO, 2000) a crise não é apenas rural. Ela assume

um caráter mais abrangente, demandando novas formas de compreender as dinâmicas sociais. Este seria o fundamento para a construção de novas noções de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Para entendermos as mudanças recentes no espaço rural, Wolf (1970) afirmou que o uso de tecnologias na artificialização dos meios de produção e, essencialmente, o controle da natureza, ampliou a desigualdade social, onde o poder científico (tecnológico) neutralizou e marginalizou saberes seculares de nossa interação menos predatória com o ambiente e com nossos semelhantes. Porém, todas estas mudanças abruptas não extinguiram a capacidade histórica de adaptação das lógicas pré-capitalistas de produção.

No Brasil, o impacto de tal crise já vem sendo notado há alguns anos. Segundo Almeida (1986), a ciência retrata bem este processo de mudança, quando muitos estudos apontam para uma recente re-valorização das diferentes lógicas produtivas, ampliando um pouco mais a noção de desenvolvimento. Na verdade, a agricultura realizada dentro de lógicas familiares pouco inseridas na lógica capitalista, mantém uma essência sócio-cultural marcante. Esta versatilidade produtiva vem de tradições historicamente construídas sob um caráter indissociável quando se concebe a natureza como um

espaço de trabalho e, ao mesmo tempo, um ambiente familiar (individual e/ou coletivo) (BRUNO, 1994).

Reconhecendo que o próprio capitalismo utiliza-se das lógicas “pré-capitalistas”, a agricultura familiar segue se adaptando às novas dinâmicas sócio-econômicas. Schneider (2001) aponta o fenômeno da pluriatividade como uma evidência da busca de adaptações das famílias rurais diante das novas dinâmicas emergentes no espaço agrário. Neste novo cenário de reabsorção do espaço rural na economia, o não entendimento dos novos fenômenos sociais reside no fato de pouco se estudar a complexidade interna das unidades familiares.

Embora Carneiro (2000) não concorde que a pluriatividade seja um fenômeno recente, a mesma atribui ao fracasso da modernização da agricultura a proliferação de famílias em atividades fora da unidade de produção. Tudo indica que o caráter pluriativo e indissociável da unidade familiar ainda garantem certo grau de autonomia econômica, além de minimizar riscos de processos de profissionalização monoativa, tendência forte na atual dinâmica agrícola mundial.

O fato é que a agricultura familiar conquistou uma visibilidade importante para se afirmar no atual debate sobre a sustentabilidade dos processos sociais de produção. Por outro lado, o estudo sobre a

interação entre sociedade e natureza também tem sido conduzido por outras ciências que buscam compreender tais mudanças pelo foco ambiental. Este debate sobre uma suposta sustentabilidade agroecológica tem sido assumido por ecologistas e correntes alternativas ligadas as ciências agrárias, desde a década de 1970, que buscam consolidar as premissas de um desenvolvimento econômico mais responsável com as realidades locais e seus saberes autóctones.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O debate em torno de conceitos como o de desenvolvimento e sustentabilidade é recente e tem-se mostrado bastante polêmico. Múltiplas são suas formas de concepção, mesmo observando que a base da crise atual seja quase consensual.

Esta multidiversidade de leitura da realidade aponta distintas formas de pensar os projetos de desenvolvimento, inclusive existem correntes que acreditam ainda na eficiência do atual modelo de desenvolvimento.

Dentro do atual debate sobre sustentabilidade, as bases científicas que sustentam o desenvolvimento pós-industrial enfrentam uma forte crise de aceitação, mesmo dentro da academia. Uma nova proposição se aproxima da revalorização dos

conhecimentos pré-acadêmicos (autóctones) e, conseqüentemente, tem consolidado um protagonismo real das sociedades tradicionais.

Porém, não se pode afirmar que esta em curso um novo projeto hegemônico sem a égide científica. Possivelmente o contexto atual precipite um processo de se conceber projetos de desenvolvimentos menos homogêneos, ou seja, em diferentes paradigmas científicos ou com bases em noções não-acadêmicas.

No bojo deste debate, as ciências sociais e ambientais têm acumulado inúmeros estudos críticos sobre os efeitos do atual modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, vislumbrado cenários possíveis para uma sociedade mais justa e menos predadora da natureza.

Em breve síntese, vimos que teorias clássicas elegeram modelos sociais mais eficientes do ponto de vista econômico, mas pecaram com a simplificação das realidades mundiais. A construção de um projeto único de crescimento econômico causou perdas sociais e ambientais irreversíveis e fundou uma relação diretamente proporcional entre sucesso e fracasso da sociedade moderna.

Talvez por sua capacidade de auto-regulação interna e seu caráter indissociável (trabalho e família), as agriculturas familiares se apresentam como as principais categorias

sócio-produtivas na nova proposta de desenvolvimento, pois nos apresenta formas menos imediatistas de se relacionar com a natureza.

REFERÊNCIAS

ABARMOVAY, R. **Agricultura familiar y desarrollo territorial**. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>>. Acesso em: abr. 2006.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **RBCS**, v. 1, n. 1, 1986, p. 66-83.

ALVARES, C. Ciência. In: Wolfgang Sachs (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. por Vera Lucia M. Joscelyne, Suzana de Gyalokay e Jaime A. Petrópolis: Clasen, Vozes, 2000, p. 40-58.

BRUNO, J. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Produção familiar, processos e conflitos agrários**. Cadernos de sociologia, Porto Alegre, RS, V. 6, 1994, p. 51-75.

CARNEIRO, Ma. J. Política de desenvolvimento e o “Novo Rural”. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (eds.), **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa, 2000, p. 117-149.

CHAYANOV, A., V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p. 6-339.

FUNTOWICZ, S.; DE MARCHI, B. Ciência posnormal, complexidad reflexiva, y sustentabilidad. In: ENRIQUE LEFF (coord.). **La complexidad ambiental**. México, D. F.: Siglo veintiuno, 2000, p. 54-84.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia e Alexandre Addor, 5ª Ed., Editora Paz e Terra, 1964. p. 7- 112 (Coleção Pensamento critico, 3).

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 1987, 92 p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2001, p. 164-184.

TOLEDO, V. M. Agroecologia, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, 2002, p. 27-36.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970, p. 13-87.